

# Relatório de Gestão Consolidado

RPPS - BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ



## Sumário

MENSAGEM DO DIRIGENTE .....	4
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO .....	5
1.1 Identificação Da UPC:.....	5
1.2 Principais Normas Direcionadoras De Atuação:.....	5
1.3 Finalidade Institucional E Atuação Do RPPS .....	6
1.4 Estrutura Organizacional .....	6
1.5 Ambiente Externo .....	8
1.6 Controle Interno .....	9
2. PLANEJAMENTO.....	10
3. PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS AOS SEGURADOS .....	11
3.1 Servidores Vinculados Ao RPPS.....	11
3.1 Cobertura Aos Dependentes .....	11
3.2 Concessão De Aposentadoria .....	11
3.3 Concessão De Pensão Por Morte .....	12
3.4 Concessão De Certidões De Tempo De Contribuição – CTC.....	13
3.5 Cadeia De Valor.....	13
4. GOVERNANÇA, RISCO E RESULTADOS.....	14
4.1 Governança E Planejamento Da Gestão .....	14
4.2 Principais Desafios E Riscos Da Gestão Previdenciária .....	14
4.3 Principais Resultados Finalísticos Alcançados .....	15
5. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL.....	15
5.1 Situação Orçamentária .....	16
5.2 Situação Financeira .....	17
5.3 Situação Contábil E Patrimonial .....	17
5.4 Execução/Evolução Orçamentária E Contábil.....	18
5.5 Relação Entre A Situação Financeira E Os Resultados Da Gestão .....	19
5.7 Taxa De Administração Do RPPS .....	20
6. INVESTIMENTOS .....	21
6.1 Diretrizes Gerais E Conformidade Legal.....	21
6.2 Evolução Do Patrimônio E Composição Da Carteira.....	22

6.3 Rentabilidade Dos Investimentos .....	24
6.4 Desempenho Frente À Meta Atuarial .....	24
6.5 Enquadramento Dos Investimentos Por Categoria .....	25
6.6 Transparência Das Informações De Investimentos .....	25
7. COMPREV .....	26
8. REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA .....	27
9. CERTIFICAÇÃO DA GOVERNANÇA.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
APÊNDICES .....	30

## **MENSAGEM DO DIRIGENTE**

Este Relatório de Gestão apresenta, de forma sintética, as principais ações desenvolvidas pelo Fundo de Previdência do Município de Bom Princípio do Piauí – BOM PRINCÍPIO PREV no exercício de 2025, com a finalidade de prestar contas aos órgãos de controle, segurados, beneficiários e à sociedade em geral acerca da gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) municipal.

Desde sua criação, em 2014, o BOM PRINCÍPIO PREV tem buscado o aperfeiçoamento contínuo de seus processos, com investimentos na modernização administrativa, no uso de tecnologia da informação e na qualificação de seus gestores e servidores, visando à melhoria da eficiência na gestão previdenciária.

No exercício de 2025, o Fundo atendeu aproximadamente 476 segurados e beneficiários, assegurando a concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, com observância às normas legais e aos princípios da administração pública, primando pelo equilíbrio financeiro e atuarial do regime. Destacam-se, as ações voltadas ao aprimoramento da governança previdenciária, com a participação dos gestores e conselheiros em cursos destinados ao RPPS municipal, bem como a realização da prova de vida dos beneficiários, contribuindo para a atualização cadastral e a segurança no pagamento dos benefícios.

Os resultados apresentados neste Relatório demonstram os esforços empreendidos para garantir sustentabilidade, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários municipais.

Declaro, para os devidos fins, que as informações constantes neste Relatório de Gestão refletem, com transparência e responsabilidade, a situação orçamentária, financeira, patrimonial e atuarial do RPPS no exercício de 2025, estando a gestão em conformidade com a legislação aplicável.

**PABLO JOSE RODRIGUES DA ROCHA**  
Gerente de Previdência Municipal

## 1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

### 1.1 Identificação Da UPC:

A Unidade Apresentadora de Relatório de Gestão (UARG) Fundo Previdenciário do Município de Bom Princípio do Piauí-PI possui a seguinte Unidade Prestadora de Contas (UPC):

050200 - Fundo Previdenciário do Município de Bom Princípio do Piauí

### 1.2 Principais Normas Direcionadoras De Atuação:

O Fundo Previdenciário do Município de Bom Princípio do Piauí – BOM PRINCÍPIO PREV, regime especial, com personalidade jurídica de direito público, integrante da administração direta do município de Bom Princípio do Piauí, foi criado pela Lei Municipal nº 037 de 06 de agosto de 2014, para ser a gestora única do Regime Próprio de Previdência do município de Bom Princípio do Piauí - Piauí.

A atuação do Fundo é orientada pelas normas constitucionais, federais e municipais aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social, em destaque:

Esfera	Norma	Objeto
Federal	Constituição Federal (art. 40)	Disciplina os Regimes Próprios de Previdência Social
Federal	Lei nº 9.717/1998	Normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS
Federal	Emenda Constitucional nº 103/2019	Reforma da Previdência
Federal	Normas da Secretaria de Previdência	Regulamentação da gestão e supervisão dos RPPS
Municipal	Lei nº 037/2014	Criação do RPPS e da unidade gestora
Municipal	Lei nº 131/2020	Plano de custeio, Restruturação do RPPS
Municipal	Lei nº 150/2021	Previdência Complementar

A relação completa das normas municipais referentes ao regime previdenciário encontra-se registrada no Sistema de Gestão de Consultas e Normas – GESCON, mantido pelo Ministério da Previdência Social, disponível para consulta pública no endereço eletrônico:

<https://novogescon.previdencia.gov.br/gescon/>

Adicionalmente, a atuação do Fundo observa as instruções normativas, resoluções e decisões do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI, especialmente no que se refere à prestação de contas e à governança da gestão previdenciária.

### **1.3 Finalidade Institucional E Atuação Do RPPS**

#### **Missão**

Assegurar aos servidores públicos do município e seus dependentes os benefícios que lhes sejam devidos, gerindo os recursos de forma a observar o caráter contributivo e o equilíbrio financeiro e atuarial.

#### **Visão**

Ser reconhecida no Estado pela excelência na prestação de serviços, tornando-se referência na gestão do Regime Próprio de Previdência dos municípios do Piauí.

#### **Valores**

Ética, Transparência, Inovação, Profissionalismo, Comprometimento, Celeridade, Efetividade, Respeito.

### **1.4 Estrutura Organizacional**

#### **1.4.1 Estrutura Administrativa**

O BOM PRINCÍPIO PREV é administrado por unidade gestora vinculada à administração direta do Município de Bom Princípio do Piauí-PI, responsável pela execução das atividades administrativas, previdenciárias, financeiras e de investimentos do RPPS.

#### **1.4.2 Instâncias de Governança**

A governança do RPPS é composta pelas seguintes instâncias:

- **Gestor de recursos;**
- **Gerente de Previdência;**
- **Assistente;**
- **Conselho Deliberativo;**
- **Conselho Fiscal;**
- **Comitê de Investimento.**

Os responsáveis por cada instância são formalmente designados por atos do Poder Executivo Municipal, com atribuições e mandatos definidos em legislação específica, assegurando a segregação de funções e o controle da gestão previdenciária.

### 1.4.3 Administração

GOVERNANÇA EM 2025
GERENTE
GERMANO ARAÚJO DE SOUZA
GESTOR DE RECURSOS
LUZIA SILVA CARDOSO RABELO

### 1.4.4 Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação superior do Fundo de Previdência e é composto por 5 (cinco) conselheiros titulares e 5 (cinco) conselheiros suplentes (Art. 1º, I, da Portaria municipal nº 136 de 14 de março de 2025).

MEMBROS TITULARES
PABLO JOSÉ RODRIGUES DA ROCHA
JUCILENE CAMPELO VERAS
FRANCISCA DAS CHAGAS VERAS ARAÚJO
RAIMUNDO NONATO FONENELE
MARCELO AUGUSTO DE RODRIGUES CARVALHO
MEMBROS SUPLENTE
FRANCISCO JOSE DE SOUSA CARVALHO
LUNA FONTENELE VERAS
ANTONIO LUIZ DA SILVA CARVALHO
MARIA DA CONCEIÇÃO FONTINELE ALVES
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA MORAES

### 1.4.5 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de fiscalização independente, cujo objetivo é examinar, acompanhar e fiscalizar a administração RPPS, composto por 3 (três) conselheiros titulares e 3 (três) conselheiros suplentes. (Art. 1º, II, da Portaria municipal nº 136 de 14 de março de 2025).

MEMBROS TITULARES
ANTONIO CASSIO DE SOUSA BEZERRA
ZILMAR SILVA DA PENHA
VALDEMIR GALENO SOUZA
MEMBROS SUPLENTE
MARIA DAS DORES DE ALBUQUERQUE CARVALHO
KELSON VIEIRA
MARIA JOSE PEREIRA DA COSTA

#### 1.4.6 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos, órgão auxiliar de caráter consultivo, tem por objetivo assessorar, em caráter consultivo, a Diretoria Executiva nas decisões relacionadas à gestão dos ativos financeiros do Fundo, observadas a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos a serem realizados, de acordo com a legislação e a Política de Investimentos vigentes. É composto por 3 (três) membros. (Art. 1º da Portaria nº 007 de 22 de fevereiro de 2016).

MEMBROS TITULARES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
LUZIA SILVA CARDOSO RABELO
LUIS VAGNO DA SILVA CARDOSO
GERMANO ARAUJO DE SOUZA

#### 1.5 Ambiente Externo

O Fundo de Previdência do Município de Bom Princípio do Piauí – BOM PRINCÍPIO PREV, utiliza os seguintes canais de relacionamento com os segurados, requerentes e procuradores:

- E-mail: [bomprincioprev@gmail.com](mailto:bomprincioprev@gmail.com) para encaminhamento de documentos para abertura de processos e envio de documentação complementar;

A atuação do BOM PRINCÍPIO PREV está inserida em um ambiente externo influenciado por fatores econômicos, financeiros e normativos, tais como a arrecadação

de contribuições previdenciárias, as transferências do ente federativo, as condições do mercado financeiro e as alterações na legislação previdenciária.

Esses fatores impactam diretamente a gestão dos recursos e o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, exigindo acompanhamento permanente e adoção de práticas de gestão responsáveis e alinhadas às normas vigentes.

## **1.6 Controle Interno**

O controle interno constitui um instrumento estratégico de governança, voltado ao fortalecimento da gestão administrativa do regime previdenciário. Sua atuação busca estruturar e padronizar processos, ampliar a segurança operacional e oferecer suporte qualificado à tomada de decisões, contribuindo para a identificação preventiva de falhas, a correção de inconsistências e o aprimoramento contínuo das rotinas internas.

A condução dessas atividades ocorre de forma centralizada, por meio de assessoria técnica externa especializada, responsável pela coordenação, acompanhamento e monitoramento dos procedimentos contábeis e jurídicos. Esse trabalho é realizado em articulação permanente com a unidade gestora e com os conselhos, garantindo alinhamento institucional.

A execução operacional das rotinas é desempenhada pela Futuroprev LTDA, que atua de maneira integrada ao regime, promovendo uniformidade nos controles, continuidade das ações e maior eficiência na gestão dos processos.

### **1.6.1 Controle Interno Contábil**

O controle interno contábil é conduzido por assessoria externa especializada, com atuação integrada nas áreas contábil, previdenciária, folha de pagamento e investimentos. Seu propósito é assegurar a fidedignidade das informações, o adequado gerenciamento dos recursos e a transparência na administração do regime.

Entre as atividades desenvolvidas estão a escrituração contábil, a elaboração e o envio de demonstrativos obrigatórios, o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, o controle dos repasses previdenciários e a atualização dos sistemas oficiais. Para garantir maior segurança e conformidade, são aplicados procedimentos preventivos e de conferência, como conciliações bancárias mensais, revisões técnicas, utilização de checklists operacionais e monitoramento permanente de prazos e dados.

O processo é reforçado por meio da emissão de relatórios periódicos e da utilização de indicadores de desempenho, que avaliam a tempestividade das obrigações, a

consistência das informações prestadas e a rentabilidade dos investimentos, fornecendo subsídios à gestão e atendendo às exigências dos órgãos de controle.

### **1.6.2 Controle Interno Jurídico**

O controle interno jurídico é desempenhado por assessoria externa especializada, com a finalidade de conferir maior segurança e conformidade aos atos administrativos de natureza previdenciária. Sua atuação está voltada à análise técnica e ao acompanhamento sistemático dos processos, fortalecendo a regularidade e a legalidade das decisões adotadas.

Entre as atribuições desenvolvidas estão a avaliação dos processos de concessão de benefícios, revisões e demais demandas jurídicas, sempre com a aplicação de mecanismos preventivos, como a padronização de procedimentos, o controle rigoroso de prazos e a verificação documental. Também são realizadas revisões técnicas, atendimento a diligências e orientações específicas para saneamento de inconsistências eventualmente identificadas.

Além disso, o controle jurídico contempla o monitoramento do fluxo processual, a emissão de pareceres técnicos e a interlocução contínua com a unidade gestora, contribuindo para a mitigação de riscos legais e para a adequada formalização dos atos administrativos.

## **2. PLANEJAMENTO**

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população.

As ações desenvolvidas pelo Fundo de Previdência do Município de Bom Princípio do Piauí-PI no exercício de 2025 encontram-se vinculadas ao **Programa nº 0009 – Previdência Municipal**, previsto no Plano Plurianual (PPA) vigente do Município, **Lei nº 159 de 29 de outubro de 2021**, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 17 de novembro de 2021.

O referido programa tem como objetivo assegurar o funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social, garantindo a concessão e a manutenção dos benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais e seus dependentes, bem como a sustentabilidade financeira e atuarial do regime.

Ressalta-se que o PPA vigente apresenta caráter estratégico e programático, não contemplando metas físicas detalhadas ou indicadores específicos de desempenho para o RPPS. Dessa forma, a atuação da unidade previdenciária no exercício observou as diretrizes gerais do programa, mantendo-se alinhada aos objetivos institucionais definidos no planejamento plurianual do Município.

### **3. PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS AOS SEGURADOS**

#### **3.1 Servidores Vinculados Ao RPPS**

No exercício de 2025, o Fundo de Previdência do Município de Bom Princípio do Piauí-PI, manteve a regularidade da prestação dos serviços previdenciários, assegurando a proteção social aos servidores públicos municipais e seus dependentes. No período, foram concedidos 09 (nove) novos benefícios de aposentadoria e 03 (três) novos benefícios de pensão, além da manutenção e do reajuste dos benefícios já existentes.

<b>Massa de Segurados</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>
Segurados ativos	375
Aposentados	93
Pensionistas	8

#### **3.1 Cobertura Aos Dependentes**

Estes benefícios encontram-se parametrizados no artigo 40 da Constituição Federal.

##### **Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória**

Caracterizam-se atuarialmente por uma renda vitalícia diferida à qual terá direito o participante caso atinja os critérios mínimos de concessão de um dos tipos de aposentadoria.

##### **Aposentadoria por Invalidez**

Define-se como uma renda atuarial vitalícia concedida ao servidor vinculado ao RPPS caso perca sua capacidade laboral.

##### **Pensão por Morte**

Renda atuarial vitalícia ou temporária concedida ao dependente em caso de morte do servidor.

#### **3.2 Concessão De Aposentadoria**

No Poder Executivo Municipal, os processos de concessão de aposentadoria são autuados virtualmente no órgão/entidade de origem do segurado, responsável pela instrução com os documentos pessoais e funcionais constantes no prontuário do servidor, incluindo eventuais averbações de outros regimes ou afastamentos. No caso de aposentadoria voluntária é o servidor quem formaliza o pedido, enquanto na aposentadoria por incapacidade permanente ou compulsória é o próprio órgão, eis que se referem a modalidades de inativação involuntária.

Na etapa seguinte, o processo passa pela Secretaria da Administração, responsável pela emissão de Mapa de Tempo de Serviço. Com o mapa emitido, o processo chega ao Fundo Previdenciário, que procede à análise do preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício previdenciário, podendo haver, em alguns casos, necessidade de documentação complementar.

Após concluída a instrução e análise, o processo segue para emissão de parecer jurídico prévio à concessão e logo em seguida para a emissão do ato.

É de competência do Unidade Gestora do RPPS a expedição de portaria concedendo aposentadoria aos servidores vinculados ao RPPS, sendo de competência do Tribunal de Contas Estadual o ato de homologação.

A solicitação de aposentadoria tramita, desde a origem, nos sistemas de protocolo internos da Unidade Gestora. Após a emissão do ato e implantação em folha de pagamento, o processo concessório é encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI, para fins de controle de legalidade e registro, em virtude do disposto nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Resolução nº 2.782, de 17 de outubro de 1996.

### **3.3 Concessão De Pensão Por Morte**

Os processos de concessão de pensão por morte iniciam na Unidade Gestora do RPPS, a partir de solicitação assinada pelo requerente, que deverá apresentar documentos que embasam o pedido, incluindo documentos funcionais do segurado, previamente solicitados em seu órgão de origem, e documentos que demonstrem a condição de dependente previdenciário.

Após completar a instrução e realizar a análise do preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício previdenciário, o processo segue para a emissão de parecer jurídico prévio à concessão e logo em seguida para a emissão do ato.

É de competência da Unidade Gestora do RPPS a expedição de portaria concedendo pensão oriunda de todos os órgãos municipais vinculados ao RPPS. Após a emissão do ato e implantação em folha de pagamento, o processo concessório é encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI, para fins de controle de legalidade e registro, em virtude do disposto nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Resolução nº 2.782, de 17 de outubro de 1996.

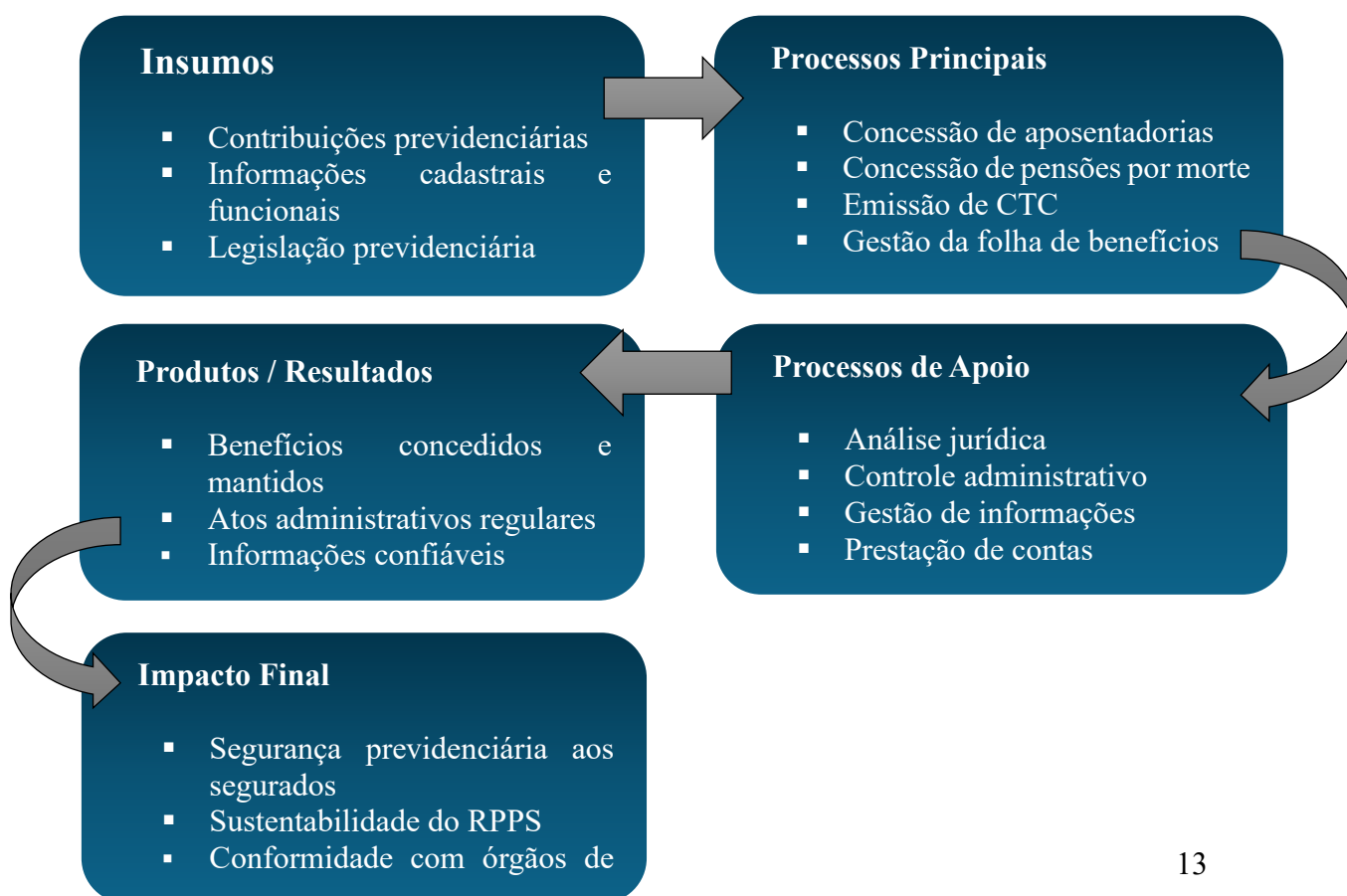
### 3.4 Concessão De Certidões De Tempo De Contribuição – CTC

A Certidão de Tempo de Contribuição - CTC tem como finalidade certificar ao ex-servidor o tempo de contribuição, decorrente de vínculo de trabalho prestado ao Regime Próprio de Previdência Social, a fim de ser averbado no Regime Geral de Previdência Social - RGPS ou em outro Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, desde que o período não tenha sido utilizado para a concessão de aposentadoria.

É de competência da Unidade Gestora do RPPS a expedição de CTCs de ex-segurados do regime próprio, sendo o processo de solicitação de CTC instruído e formalizado no próprio Fundo, a partir de solicitação assinada pelo requerente, que deverá apresentar documentos que embasam o pedido.

### 3.5 Cadeia De Valor

A cadeia de valor apresentada na figura a seguir demonstra, de forma sintética, os principais processos de trabalho do Fundo.



## **4. GOVERNANÇA, RISCO E RESULTADOS**

### **4.1 Governança E Planejamento Da Gestão**

O BOM PRINCÍPIO PREV planeja o cumprimento de sua missão anualmente, avaliando os resultados da execução dos Planos de Trabalho do exercício anterior e fazendo os planejamentos para cada exercício, em busca do cumprimento da missão institucional, definindo os objetivos estratégicos, por meio de reuniões com toda a equipe técnica envolvida nos processos estratégicos, no início de cada exercício.

A gestão do Fundo foi orientada, no exercício de 2025, por objetivos estratégicos voltados à garantia da proteção previdenciária dos segurados, destacando-se:

- atendimento eficiente aos segurados;
- concessão e manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão;
- capacitação e certificação dos gestores, conselheiros e servidores;
- pagamento regular dos benefícios previdenciários;
- gestão efetiva dos recursos da unidade gestora do RPPS.

Esses objetivos orientaram as ações administrativas, financeiras e previdenciárias do Fundo, em alinhamento com sua missão institucional.

### **4.2 Principais Desafios E Riscos Da Gestão Previdenciária**

No exercício de 2025, a gestão do BOM PRINCÍPIO PREV enfrentou e permanece sujeita a desafios e riscos inerentes à administração de um Regime Próprio de Previdência Social, dentre os quais se destacam:

- a dependência do equilíbrio financeiro e atuarial de longo prazo do regime;
- a necessidade de regularidade e pontualidade dos repasses previdenciários por parte do ente federativo;
- as constantes alterações na legislação previdenciária e normativa aplicável aos RPPS;
- as oscilações do mercado financeiro, que podem impactar a rentabilidade dos investimentos previdenciários;
- limitações estruturais e operacionais comuns à gestão previdenciária em âmbito municipal.

O principal risco estrutural do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Bom Princípio do Piauí/PI está relacionado ao equilíbrio financeiro e atuarial de longo

prazo, impactado pelo crescimento do número de benefícios concedidos e pelos reajustes anuais dos benefícios previdenciários.

### **4.3 Principais Resultados Finalísticos Alcançados**

Verifica-se nos itens abaixo, que o BOM PRINCÍPIO PREV vem otimizando o bom funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do município de Bom Princípio do Piauí, onde todos os benefícios são garantidos e pagos, dentro do mês de competência em função das boas práticas financeiras e atuariais seguidas, visando à constante busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial, que são dois patamares importantíssimos para a boa saúde do RPPS:

- Implantação do atendimento previdenciário.
- Melhoria no atendimento previdenciário;
- Atualização da base de dados dos beneficiários com informações pessoais, funcionais e de seus dependentes;
- Constituição de uma base de dados física e digital dos beneficiários;
- Treinamento das equipes do órgão do Regime Próprio de Previdência;
- Certificação dos diretores e conselheiros.

No período, foram concedidos 12 (doze) novos benefícios previdenciários, além da manutenção e atualização dos benefícios já existentes.

Ao final do exercício, o regime contava com aproximadamente 101 beneficiários, distribuídos entre aposentados e pensionistas, garantindo o atendimento das demandas previdenciárias e a continuidade do pagamento dos benefícios.

<b>ANO</b>	<b>APOSENTADORIAS</b>	<b>PENSÕES</b>	<b>TOTAL</b>
2025	93	8	101

## **5. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL**

Esta seção apresenta um resumo da situação orçamentária, financeira e contábil do Fundo Previdenciário do Município de Bom Princípio do Piauí-PI – BOM PRINCÍPIO PREV no exercício de 2025, com comparação em relação ao exercício anterior, de forma a contextualizar os resultados de gestão apresentados na seção precedente.

Descrição	Valor (R\$)
<b>Orçamento Previsto (LOA 2025)</b>	3.952.000,0
<b>Receita Realizada</b>	4.749.911,79
<b>Despesa Executada</b>	4.335.703,79

### 5.1 Situação Orçamentária

A execução orçamentária do exercício de 2025 foi regida pela Lei Orçamentária Anual – LOA, aprovada pela **Lei Municipal nº 218, de 13 de janeiro de 2025**, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 14 de janeiro de 2025. A LOA fixou dotação orçamentária de R\$ 3.952.000,00 para o Fundo Previdenciário.

A LOA fixou dotação orçamentária de R\$ 3.952.000,00 para o Fundo. A receita realizada alcançou R\$ 4.749.911,79, superando a previsão em cerca de 20,2%, impulsionada principalmente pelo ingresso de recursos da Compensação Financeira entre RGPS e RPPS (COMPREV), no valor de R\$ 1.945.022,03, receita não contemplada na LOA original. A despesa executada totalizou R\$ 4.335.703,79, representando 109,7% da dotação fixada, com o excedente coberto por créditos adicionais abertos no curso do exercício. O resultado orçamentário do exercício foi **superavitário**, com receitas superando as despesas em R\$ 414.208,00.

Esse resultado demonstra boa capacidade de arrecadação do regime, especialmente em função do ingresso de receitas relevantes no período, contribuindo para o equilíbrio financeiro do Fundo.

A execução orçamentária, financeira e contábil do BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ PREV utiliza recursos vinculados ao RPPS (Fonte 800) para as despesas com a Folha de Pessoal e recursos oriundos dos Repasses da Taxa de Administração do RPPS (Fonte 802), para as demais despesas, relacionadas à manutenção do funcionamento e organização do Fundo.

ORÇAMENTO – POR FONTES DE RECURSOS	
DOTAÇÃO ATUALIZADA	2025
FONTE 800	R\$ 4.250.000,00
FONTE 802	R\$ 480.000,00

## 5.2 Situação Financeira

A situação financeira do Fundo Previdenciário do Município de Bom Princípio do Piauí, no exercício de 2025, evidencia a adequada gestão dos fluxos de ingressos e dispêndios, conforme demonstrado no Balancete Financeiro da competência dezembro/2025.

No período, a receita orçamentária arrecadada foi de R\$ 4.749.911,79, enquanto a despesa orçamentária executada totalizou R\$ 4.336.503,78, resultando em superávit orçamentário no exercício.

Além disso, houve movimentação de receitas e despesas extraorçamentárias, relacionadas principalmente a consignações, retenções e valores transitórios, que impactam o fluxo financeiro, mas não o resultado orçamentário.

### Quadro-Resumo – Situação Financeira (2025)

Descrição	Valor (R\$)
Receita Orçamentária	4.749.911,79
Despesa Orçamentária	4.336.503,78
Recebimentos Extraorçamentários	603.750,77
Pagamentos Extraorçamentários	606.126,77
Saldo do Exercício Anterior	4.545.974,50
Saldo para o Exercício Seguinte	4.957.006,51

**Fonte:** Balancete Financeiro – Dezembro de 2025.

Ao final do exercício, o Fundo apresentou saldo financeiro de R\$ 4.957.006,51, superior ao saldo inicial, evidenciando geração de resultado financeiro positivo e reforço das disponibilidades.

Esse resultado demonstra que o regime possui capacidade de honrar seus compromissos no curto prazo, além de fortalecer sua reserva financeira para cobertura de obrigações futuras.

O Balancete Financeiro, bem como os demais demonstrativos contábeis exigidos pela legislação, está disponível no Apêndice deste Relatório.

## 5.3 Situação Contábil E Patrimonial

A situação contábil e patrimonial do Fundo Previdenciário, demonstrada no Balanço Patrimonial de 2025, evidencia a posição dos bens, direitos e obrigações do regime, permitindo avaliar sua estrutura econômica e o comportamento do patrimônio ao longo do tempo.

### Quadro-Resumo – Situação Patrimonial (31/12/2025)

Descrição	Valor (R\$)
Ativo Total	21.877.128,76
Ativo Circulante	5.915.232,90
Ativo Não Circulante	15.961.895,86
Passivo Circulante	75.914,63
Passivo Não Circulante	123.348.388,03
Passivo Total	123.424.302,66
Patrimônio Líquido	-101.547.173,90

Fonte: Balanço Patrimonial – Exercício de 2025.

O ativo do Fundo é composto majoritariamente por aplicações financeiras e créditos previdenciários, que representam os recursos disponíveis e a recuperar para financiamento do regime. Por outro lado, o passivo é fortemente impactado pelas provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, que representam as obrigações futuras com o pagamento de benefícios. O patrimônio líquido negativo, no montante de R\$ 101.547.173,90, evidencia o déficit atuarial do regime, decorrente da diferença entre os recursos acumulados e as obrigações futuras projetadas.

Importante destacar que essa condição é comum em regimes próprios de previdência social e não compromete, no curto prazo, a capacidade de pagamento dos benefícios, sendo objeto de acompanhamento contínuo por meio de avaliações atuariais.

O Balanço Patrimonial completo, bem como os demais demonstrativos contábeis exigidos pela legislação, está disponível no Apêndice deste Relatório.

### 5.4 Execução/Evolução Orçamentária E Contábil

A análise comparativa entre os exercícios de 2024 e 2025 evidencia a evolução das receitas e despesas do regime previdenciário.

#### Evolução das Receitas

RECEITAS	2024	2025
Contribuição do Segurado ao RPPS	1.418.727,85	1.054.230,95
Contribuições Patronais ao RPPS	876.748,16	1.052.704,37
Parcelamentos	0	35.661,30
Remuneração Investimentos RPPS	345.736,65	662.293,14
Compensação Financeira	0	1.945.022,03
Entre RGPS X RPPS – COMPREV		
<b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>	<b>2.641.212,66</b>	<b>4.749.911,79</b>

Fonte: Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária

Verifica-se crescimento expressivo da arrecadação no exercício de 2025, com destaque para o ingresso de recursos de compensação previdenciária (COMPREV) e o aumento da rentabilidade dos investimentos, que tiveram papel relevante na composição das receitas.

### **Evolução da Despesa**

<b>DESPESA</b>	<b>2024 (R\$)</b>	<b>2025 (R\$)</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	190.779,08
Aposentadorias e Reformas	2.816.247,01	3.598.611,27
Pensões	181.106,58	228.746,31
Outras Despesas Correntes	95.387,41	317.567,13
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.092.741,00</b>	<b>4.335.703,79</b>

**Fonte: Demonstrativo das Despesas**

As despesas apresentaram crescimento em relação ao exercício anterior, especialmente em razão do aumento dos gastos com aposentadorias, que representam a maior parcela dos dispêndios do regime. Esse comportamento está diretamente relacionado ao processo de maturação do RPPS, caracterizado pelo aumento gradual do número de beneficiários. Observa-se, ainda, aumento nas despesas administrativas e operacionais, mantendo-se, contudo, dentro de um contexto de expansão das atividades do regime.

### **5.5 Relação Entre A Situação Financeira E Os Resultados Da Gestão**

A análise integrada das informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais do exercício de 2025 demonstra que o Fundo Previdenciário apresentou resultado positivo, com arrecadação superior às despesas executadas.

Esse desempenho refletiu diretamente na evolução do saldo financeiro, que passou de R\$ 4.545.974,50 no início do exercício para R\$ 4.957.006,51 ao final do período, evidenciando geração de superávit financeiro.

O resultado está associado, principalmente, ao aumento relevante das receitas, com destaque para os ingressos de compensação previdenciária (COMPREV) e a melhora na rentabilidade dos investimentos, fatores que contribuíram para o fortalecimento do caixa do regime.

Apesar do cenário patrimonial apresentar déficit, em razão das obrigações previdenciárias de longo prazo, observa-se que, no curto prazo, o Fundo mantém

equilíbrio financeiro e capacidade de honrar seus compromissos, assegurando a regularidade no pagamento dos benefícios.

Dessa forma, os resultados do exercício indicam uma gestão eficiente dos recursos previdenciários, com fortalecimento da posição financeira e adequada condução das obrigações do regime.

### **5.7 Taxa De Administração Do RPPS**

A taxa de administração é destinada à manutenção do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Bom Princípio do Piauí a qual será de 3,6% por cento do valor total do salário de contribuição dos servidores efetivos no ano anterior conforme determina a Lei Municipal nº 150/2021.

Conforme base de cálculo a seguir, segue percentual referente aos repasses efetuados pela UPC para execução das despesas administrativas necessárias à manutenção do Fundo.

<b>CÁLCULO PARA O ANO DE 2025</b>	
SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO ATIVOS (TOTAL 2024)	R\$ 11.772.495,77
ALÍQUOTA (LIMITE LEGAL)	3,60%
VALOR (LIMITE LEGAL)	R\$ 423.809,85
DESpesas ADMINISTRATIVAS	R\$ 508.346,21
PORCENTAGEM TOTAL UTILIZADA	119,95%
DESpesas ADMINISTRATIVAS CUSTEADAS COM O FUNDO DE RESERVA	84.536,36

Para o exercício de 2025, o limite anual da Taxa de Administração correspondeu ao montante de R\$ 423.809,85 As despesas administrativas totalizaram R\$ 508.346,21, sendo R\$ 84.536,36 custeadas com recursos provenientes do fundo de reserva previdenciário, conforme permitido pela legislação municipal, a fim de assegurar o funcionamento administrativo do RPPS e a continuidade das atividades da unidade gestora, sem prejuízo do pagamento dos benefícios previdenciários.

A execução orçamentária, financeira e contábil do BOM PRINCÍPIO PREV utiliza recursos vinculados ao RPPS (Fonte 800) para as despesas com a Folha de Pessoal e recursos oriundos dos Repasses da Taxa de Administração do RPPS (Fonte 802), para as demais despesas, relacionadas à manutenção do funcionamento e organização do Fundo.

Conforme registro contábil das despesas correntes e de investimento executadas com recursos da taxa de administração do RPPS (Fonte 802), oriundos do Fundo, segue detalhamento da execução das despesas:

<b>Execução recursos da Taxa de Administração do RPPS (fonte 802)</b>	
<b>DESPESAS</b>	<b>EXECUTADO 2025</b>
Folha comissionados	R\$ 190.779,08
Diárias	R\$ 48.500,00
Serviços de consultoria	R\$ 171.290,00
Serviços de PJ/Serv.Tecnologia da Informação	R\$ 87.420,53
Material Consumo/Mat. Permanente	R\$ 10.356,60
<b>Total</b>	<b>R\$ 508.346,21</b>

As despesas administrativas concentram-se principalmente em pessoal comissionado e serviços técnicos especializados, essenciais para o funcionamento e a gestão do regime previdenciário.

Observa-se volume nas despesas com serviços de pessoa jurídica e diárias, em razão da participação de gestores e conselheiros em cursos, capacitações e processos de certificação, incluindo eventos promovidos pela APEPREV e outras instituições voltadas ao aprimoramento da gestão previdenciária.

## **6. INVESTIMENTOS**

Este tópico apresenta o desempenho e a conformidade da carteira de investimentos do Fundo de Previdência Municipal de Bom Princípio do Piauí-PI referente ao exercício de 2025. A gestão dos ativos busca o equilíbrio entre a segurança, a liquidez e a rentabilidade necessária para o cumprimento dos compromissos previdenciários de longo prazo.

### **6.1 Diretrizes Gerais E Conformidade Legal**

A gestão dos investimentos do Fundo Previdenciário do Município de Bom Princípio do Piauí-PI, no exercício de 2025, foi realizada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021, com a Política de Investimentos do RPPS e com as demais normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

A estratégia adotada manteve perfil conservador, priorizando a segurança, a liquidez e a preservação do patrimônio previdenciário, em consonância com a necessidade de cobertura das obrigações previdenciárias presentes e futuras.

## 6.2 Evolução Do Patrimônio E Composição Da Carteira

Tabela — Evolução dos Saldos por Segmento (Resolução CMN nº 4.963/2021)

Mês	Total da Carteira – RF (R\$)	Aplicado no Mês (R\$)	Resgatado no Mês (R\$)
jan/25	4.296.169,98	0	275.208,72
fev/25	4.042.078,51	0	290.922,75
mar/25	3.974.759,27	0	104.343,56
abr/25	3.980.296,54	0	59.250,00
mai/25	5.650.240,71	1.678.000,00	57.294,40
jun/25	5.741.615,30	2.264.754,89	2.255.961,38
jul/25	5.791.447,24	300.000,00	284.737,44
ago/25	5.845.620,42	317,56	18.468,29
set/25	5.602.869,64	0	292.558,11
out/25	5.444.190,71	0	244.149,79
nov/25	5.150.490,80	0	356.604,18
dez/25	<b>4.962.823,37</b>	400.000,00	619.496,11
<b>Total Ano</b>	—	<b>R\$ 4.643.072,45</b>	<b>R\$ 4.858.994,73</b>

A carteira é integralmente composta por fundos de renda fixa enquadrados na Resolução CMN nº 4.963/2021, distribuídos em dois segmentos principais:

Segmento	Dez/2024 (R\$)	Dez/2025 (R\$)	% Carteira	Var. Ano
FI 100% Títulos Públicos SELIC – Art. 7º, I, b	3.783.762,86	4.282.835,54	86,30%	+13,19%
FI Renda Fixa Geral – Art. 7º, III, a	719.759,98	679.987,83	13,70%	-5,53%
<b>Total da Carteira</b>	<b>4.503.522,84</b>	<b>4.962.823,37</b>	<b>100,00%</b>	<b>+10,2%</b>

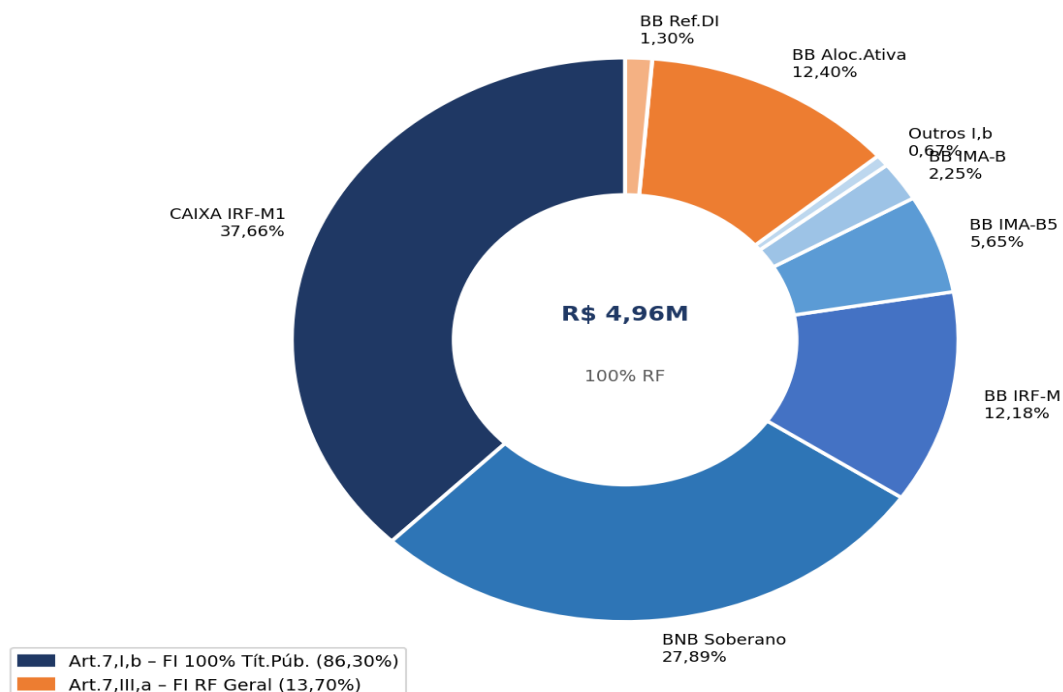
O segmento predominante é o de fundos lastreados em 100% de Títulos Públicos Federais vinculados à taxa SELIC, que respondeu por 86,30% do portfólio ao final do exercício. A leve redução no saldo do segmento de Renda Fixa Geral (-5,53%) decorreu dos resgates realizados ao longo do ano para suporte ao pagamento de benefícios.

A carteira encerrou dezembro/2025 com nove fundos de investimento ativos, distribuídos entre gestoras públicas federais (BB DTVM, CEF e BNB Asset). O BNB Soberano FI Renda Fixa, novo integrante do portfólio em 2025, tornou-se o segundo maior fundo da carteira:

Tabela Portfólio Detalhado por Fundo – Dezembro/2025

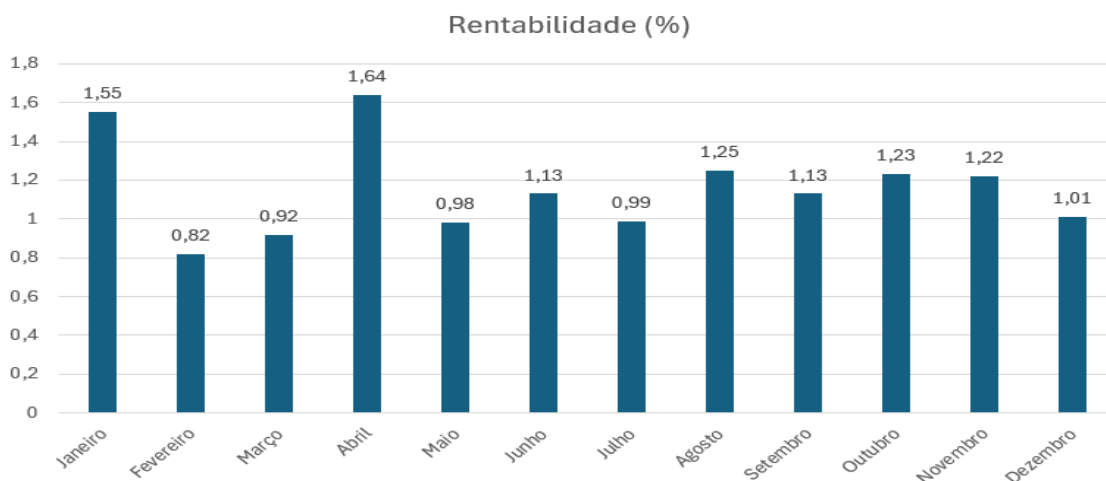
FUNDO DE INVESTIMENTO	CNPJ	% CART.	SALDO (R\$)	RENT. DEZ
<b>FI 100% TÍTULOS PÚBLICOS – Art. 7º, I, b (86,30% da carteira)</b>				
CAIXA Brasil IRF-M 1 Tít.Púb. RF	10.740.670/0001-06	37,66%	1.869.246,94	1,13%
BNB Soberano FI Renda Fixa	30.568.193/0001-42	27,89%	1.384.021,78	1,15%
BB Prev RF IRF-M Tít.Púb. FI	07.111.384/0001-69	12,18%	604.276,79	0,28%
BB Prev RF IMA-B 5 LP FIC FI	03.543.447/0001-03	5,65%	280.263,97	0,93%
BB Prev RF IMA-B Tít.Púb. FI	07.442.078/0001-05	2,25%	111.675,75	0,29%
BB Prev RF IRF-M1 FIC FI	11.328.882/0001-35	0,64%	31.634,18	1,12%
BB Prev RF IDKA 2 Tít.Púb. FI	13.322.205/0001-35	0,02%	1.047,88	1,03%
CAIXA Brasil IRF-M LP RF	14.508.605/0001-00	0,01%	653,78	0,27%
BNB Automático FI RF CP	00.812.433/0001-41	0,00%	14,47	0,96%
<b>FI RENDA FIXA GERAL – Art. 7º, III, a (13,70% da carteira)</b>				
BB Prev RF Alloc.Ativa Ret.Total FIC FI	35.292.588/0001-89	12,40%	615.290,17	1,20%
BB Prev RF Ref.DI LP Perfil FIC FI	13.077.418/0001-49	1,30%	64.697,66	1,22%
<b>TOTAL DA CARTEIRA CMN</b>	–	<b>100,00%</b>	<b>4.962.823,37</b>	<b>1,01%</b>

Composição da Carteira por Fundo  
Dezembro/2025



### 6.3 Rentabilidade Dos Investimentos

A rentabilidade da carteira foi monitorada mensalmente, com desempenho consistente e positivo em todos os meses do exercício. A tabela a seguir apresenta os resultados mês a mês:



Por segmento, o DAIR de dezembro de 2025 registrou rentabilidade mensal de 1,15% para o FI BNB Soberano (segmento SELIC) e de 1,20% para o FI BB Previdenciário Renda Fixa Alocação Ativa (segmento Renda Fixa Geral), com rentabilidade geral do portfólio de 1,01% no mês de dezembro, encerrando o ano com excelente desempenho acumulado de 13,87%.

Em comparação, o exercício de 2024 encerrou com rentabilidade mensal de 1,12% em dezembro, sinalizando estabilidade e consistência na gestão dos recursos ao longo dos dois exercícios.

### 6.4 Desempenho Frente À Meta Atuarial

A Meta Atuarial é o objetivo mínimo de rentabilidade que o fundo deve alcançar para garantir o pagamento futuro das aposentadorias e pensões. Geralmente, essa meta é composta pela variação da inflação (IPCA) acrescida de uma taxa de juros (neste caso, de 5,13% + IPCA, conforme a Política de Investimentos para 2025).

Indicador	Resultado 2025 (%)
IPCA acumulado (IBGE)	4,19%
Meta Atuarial Acumulada (IPCA + 5,13%)	9,53%
Rentabilidade do RPPS Bom Princípio do Piauí	13,87%
Superação da meta	+4,34 pontos percentuais
<b>Resultado</b>	<b>✅ META SUPERADA</b>

O Fundo Previdenciário de Bom Princípio do Piauí **superou a meta atuarial em 4,34 pontos percentuais** no exercício de 2025, demonstrando que a rentabilidade obtida com os investimentos foi suficiente não apenas para remunerar o capital acima da inflação, mas também para preservar o poder de compra dos recursos em patamar significativamente acima do exigido pela avaliação atuarial. Esse resultado é especialmente relevante em um contexto de pressão sobre o patrimônio do fundo ocasionada pelo volume de resgates para pagamento de benefícios.

O desempenho reforça a contribuição positiva dos investimentos para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS no exercício de 2025.

## 6.5 Enquadramento Dos Investimentos Por Categoria

A gestão dos recursos seguiu os limites de aplicação estabelecidos pela legislação federal vigente (Resolução CMN nº 4.963/2021 e atualizações). O quadro abaixo demonstra o enquadramento da carteira:

SEGMENTO / ARTIGO CMN 4.963/21	LIM. INF.	ESTRAT. ALVO	LIM. SUP.	ALOCAÇÃO ATUAL (Dez/25)
Art. 7º, I, a – Tít. Públicos direto	–	–	100,00%	0,00%
Art. 7º, I, b – FI 100% Tít. Públicos	30,00%	55,00%	100,00%	86,30%
Art. 7º, III, a – FI RF Geral	0,00%	30,00%	60,00%	13,70%
Art. 8º, I – FI Ações	0,00%	3,00%	30,00%	0,00%
Art. 8º, II – ETF Índices de Ações	0,00%	5,00%	30,00%	0,00%
Art. 10º, I – FI Multimercado	0,00%	2,00%	10,00%	0,00%
<b>TOTAL RF</b>	–	–	–	<b>100,00%</b>

A carteira manteve integral observância aos limites da Resolução CMN nº 4.963/2021, evidenciando gestão prudente, conservadora e compatível com o porte do RPPS.

## 6.6 Transparência Das Informações De Investimentos

As informações detalhadas relativas à carteira de investimentos do RPPS, incluindo composição da carteira, movimentações, enquadramento e rentabilidade das aplicações, encontram-se registradas e disponíveis para consulta pública por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV, nos módulos DAIR – Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos e DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, conforme exigências da Secretaria de Previdência.

Esses demonstrativos são encaminhados periodicamente ao Ministério da Previdência Social, assegurando transparência, rastreabilidade das informações e conformidade com as normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

## 7. COMPREV

O Município de Bom Princípio do Piauí possui Termo de Adesão ao sistema COMPREV e Contrato com a Dataprev, objetivando a operacionalização da Compensação Previdenciária nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões, visando atender à Lei Federal nº 9.796, de 05.05.1999.

Em suma, o COMPREV é um sistema que divide o ônus do pagamento do benefício entre cada um dos regimes previdenciários, conforme o tempo de filiação considerada na concessão e é essencial para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio.

O RPPS do Município de Bom Princípio do Piauí possui até a presente data o total 50 (cinquenta) requerimentos aprovados recebendo a devida proporção de compensação, aguarda aprovação de 25 (vinte e cinco) requerimentos.

No ano de 2025 o BOM PRINCÍPIO PREV recebeu a quantia de R\$ R\$ 1.944.806,34 (um milhão e novecentos e quarenta e quatro mil e oitocentos e seis reais e trinta e quatro centavos) a título de compensação previdenciária, conforme discriminado na tabela abaixo:

<b>VALORES RECEBIDOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM 2025</b>			
<b>BOM PRINCIPIO DO PIAUÍ</b>			
<b>Mês de recebimento</b>	<b>Competência Comprev</b>	<b>Recebidos em conta</b>	<b>Pagador</b>
jan/25	nov/24	R\$ 68,43	PARNAIBA
jan/25	nov/24	BLOQUEADO	INSS
fev/25	dez/24	R\$ 68,43	PARNAIBA
fev/25	dez/24	BLOQUEADO	INSS
mar/25	jan/25	R\$ 71,69	PARNAIBA
mar/25	jan/25	<b>R\$ 1.692.441,76</b>	INSS
abr/25	fev/25	R\$ 71,69	PARNAIBA
abr/25	fev/25	<b>R\$ 50.330,84</b>	INSS
mai/25	mar/25	R\$ 71,69	PARNAIBA
mai/25	mar/25	<b>R\$ 50.330,84</b>	INSS
jun/25	abr/25	R\$ 71,69	PARNAIBA
jun/25	abr/25	<b>R\$ 50.330,84</b>	INSS
jul/25	mai/25	R\$ 71,69	PARNAIBA

jul/25	mai/25	<b>R\$ 50.330,84</b>	INSS
ago/25	jun/25	R\$ 71,69	PARNAIBA
ago/25	jun/25	<b>R\$ 50.330,84</b>	INSS
set/25	jul/25	R\$ 71,69	PARNAIBA
set/25	jul/25	BLOQUEADO	INSS
out/25	ago/25	R\$ 71,69	PARNAIBA
out/25	ago/25	BLOQUEADO	INSS
nov/25	set/25	R\$ 71,69	PARNAIBA
nov/25	set/25	BLOQUEADO	INSS
dez/25	out/25	R\$ 71,69	PARNAIBA
dez/25	out/25	BLOQUEADO	INSS
<b>Total Comprev 2025</b>		<b>R\$ 1.944.806,34</b>	

## 8. REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é um documento que atesta a regularidade do regime de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos de um Estado ou Município. Para obtê-lo é preciso preencher os critérios exigidos pelo Ministério da Previdência, através da Secretaria de Previdência (ME/SPrev), como: Demonstrativo das Receitas e Despesas; Avaliação Atuarial; Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações dos recursos; Comprovantes de Repasses dos valores das contribuições sociais (servidor e patronal), entre outros.

Assim, o não cumprimento desses critérios, além de suspender o CRP, penaliza o município com as seguintes sanções: suspensão das transferências voluntárias; suspensão de empréstimos e financiamento; suspensão de compensação previdenciária, etc. **O município de Bom Princípio do Piauí - PI está com o CRP ativo até 30/08/2026.**

## 9. CERTIFICAÇÃO DA GOVERNANÇA

Abaixo a descrição dos tipos de certificação necessárias para cada parte da governança e o status atualizado até dezembro de 2025.

GERENTE / ASSISTENTE	CERTIFICAÇÃO GESTÃO DE RECURSOS / GESTOR DE RPPS	CERTIFICAÇÃO DIRIGENTE DO ORGÃO OU ENTIDADE RPPS	STATUS	CERTIFICADO NO CADPREV
GERMANO ARAUJO DE SOUZA	SIM	SIM/ 03/11/2025	REGULAR	SIM
LUZIA SILVA CARDOSO RABELO	SIM/ 11/04/2028	SIM/ 26/07/2026	REGULAR	SIM

COMITÊ DE INVESTIMENTO	CERTIFICAÇÃO GESTÃO DE RECURSOS / GESTOR DE RPPS	CERTIFICAÇÃO DIRIGENTE DO ORGÃO OU ENTIDADE RPPS	STATUS	CERTIFICADO NO CADPREV
LUZIA SILVA CARDOSO RABELO	SIM/ 11/04/2028	SIM/ 26/07/2026	REGULAR	SIM
GERMANO ARAUJO DE SOUZA	SIM	SIM/ 03/11/2025	REGULAR	SIM
LUIS VAGNO DA SILVA CARDOSO	SIM	NÃO	REGULAR	SIM

CONSELHO DO RPPS	CERTIFICAÇÃO MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO - RPPS	STATUS	CERTIFICADO NO CADPREV
PABLO JOSE RODRIGUES DA ROCHA	SIM/ 02/10/2029	REGULAR	SIM
JUCILENE CAMPELO VERAS	NÃO	IRREGULAR	NÃO
FRANCISCA DAS CHAGAS VERAS ARAÚJO	SIM/ 18/12/2029	REGULAR	SIM
RAIMUNDO NONATO FONTENELE	NÃO	IRREGULAR	NÃO
THÁÍS DA SILVA PEREIRA	SIM/ 04/11/2029	REGULAR	SIM

CONSELHO FISCAL	CERTIFICAÇÃO MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	STATUS	CERTIFICADO NO CADPREV
ANTONIO CASSIO DE SOUSA BEZERRA	NÃO	IRREGULAR	NÃO
VALDEMIR GALENO SOUZA	NÃO	IRREGULAR	NÃO
ZILMAR SILVA DAPENHA	SIM/ 06/11/2029	REGULAR	SIM

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo presente Relatório de Atividades do exercício 2025 o Fundo de Previdência, buscou relatar, em uma breve síntese, as principais atividades que foram realizadas pela governança do Fundo de Previdência Municipal.

A Unidade Gestora do RPPS municipal, vem buscando adotar as melhores práticas de gestão, organização de processos previdenciários, qualificação de seus gestores, bem como o fortalecimento da imagem institucional, permitindo maior estabilidade na consolidação de avanços.

Ademais, além das informações disponibilizadas neste relatório, os gestores do Poder Executivo e Legislativo, bem como os segurados poderão obter mais informações pertinentes a gestão junto a Unidade Gestora.

Atenciosamente,

**PABLO JOSE RODRIGUES DA ROCHA**

Gerente de Previdência Municipal

**LUZIA SILVA CARDOSO RABELO**

Gestora de Recursos | Assistente de Previdência Municipal

## APÊNDICES

**ANEXO 01 – FICHA FUNCIONAL DIRIGENTES..... 31**

**ANEXO 02 – BALANÇO PATRIMONIAL..... 32**

**ANEXO 03 – BALANÇO FINANCEIRO..... 35**

### **CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA**

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/visualizarCrp2.xhtml?id=252406>

### **EXTRATO CADPREV**

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/extrato/extratoExterno.xhtml?cnpj=41522194000172>

## ANEXO 01 – FICHA FUNCIONAL DIRIGENTES

### Bom Princípio do Piauí/PI

CPF	NOME	E-MAIL FUNCIONAL	CARGO	PERÍODO
017.103.583-60	Germano Araújo de Souza	<a href="mailto:germanosouza07@gmail.com">germanosouza07@gmail.com</a>	Gerente de Previdência do BOM PRINCÍPIO - PREV	08/01/2025 a 31/12/2025
010.628.883-08	Luzia Silva Cardoso Rabelo	<a href="mailto:luziakardoso@hotmail.com">luziakardoso@hotmail.com</a>	Assistente Administrativa e Financeira do BOM PRNCÍPIO - PREV	08/01/2025 – 31/12/2025

# ANEXO 02 - BALANÇO PATRIMONIAL

## FUNDO PREVIDENCIARIO DE BOM PRINCIPIO

### ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 1

#### A) QUADRO PRINCIPAL

#### ISOLADO:3 - FUNDO PREVIDENCIARIO DE BOM PRINCIPIO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>5.915.232,90</b>	<b>3.773.118,24</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>75.914,63</b>	<b>74.345,46</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>6.681,82</b>	<b>4.545.974,50</b>	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>		<b>749,58</b>	<b>749,58</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL</b>		<b>6.681,82</b>	<b>42.451,67</b>	<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO</b>		<b>749,58</b>	<b>749,58</b>
CONTA ÚNICA RPPS	F	6.653,64	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	749,58	749,58
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	28,18	42.451,67	<b>ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>		<b>75.165,05</b>	<b>73.595,88</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>		<b>0,00</b>	<b>4.503.522,83</b>	<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>		<b>75.165,05</b>	<b>73.595,88</b>
APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	0,00	4.503.522,83	CONSIGNACOES	F	37.179,24	36.596,89
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>958.226,39</b>	<b>-772.856,26</b>	CONSIGNAÇÕES	F	37.985,81	36.998,99
<b>CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO</b>		<b>1.495.626,19</b>	<b>-230.711,29</b>	<b>PASSIVO NAO-CIRCULANTE</b>		<b>123.348.388,03</b>	<b>14.423.132,19</b>
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	P	1.495.626,19	-230.711,29	<b>PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>		<b>123.348.388,03</b>	<b>14.423.132,19</b>
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>-537.399,80</b>	<b>-542.144,97</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO</b>		<b>123.348.388,03</b>	<b>14.423.132,19</b>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	-57.328,64	-62.073,81	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS	P	58.855.183,56	18.643.160,31
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	F	-480.071,16	-480.071,16	CONCEDIDOS			
<b>INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO</b>		<b>4.950.324,69</b>	<b>0,00</b>	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A	P	64.493.204,47	-4.220.028,12
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS		4.950.324,69	0,00	CONCEDER			
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	F	4.950.324,69	0,00	<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>123.424.302,66</b>	<b>14.497.477,65</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>15.961.895,86</b>	<b>14.785.816,82</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>2.726.250,87</b>	<b>1.556.374,83</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>		<b>2.726.250,87</b>	<b>1.556.374,83</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>-101.547.173,90</b>	<b>4.061.457,41</b>
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	P	2.726.250,87	1.556.374,83	<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>		<b>-101.547.173,90</b>	<b>4.061.457,41</b>
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>13.235.644,99</b>	<b>13.229.441,99</b>	<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>		<b>-101.547.173,90</b>	<b>4.061.457,41</b>
<b>BENS MOVEIS</b>		<b>13.235.644,99</b>	<b>13.229.441,99</b>	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-105.608.631,31	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	6.862,00	659,00	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		4.061.457,41	4.061.457,41
BENS DE INFORMÁTICA	P	13.228.782,99	13.228.782,99	<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>-101.547.173,90</b>	<b>4.061.457,41</b>
<b>TOTAL</b>		<b>21.877.128,76</b>	<b>18.558.935,06</b>	<b>TOTAL</b>		<b>21.877.128,76</b>	<b>18.558.935,06</b>

# FUNDO PREVIDENCIARIO DE BOM PRINCIPIO

## BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 2

### B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		4.419.606,71	4.003.829,53	PASSIVO FINANCEIRO (75.914,63)+RP não Proc.(8.721,42)		84.636,05	82.266,88
ATIVO PERMANENTE		17.457.522,05	14.555.105,53	PASSIVO PERMANENTE		123.348.388,03	14.423.132,19
				SALDO PATRIMONIAL		-101.555.895,32	4.053.535,99

GERMANO ARAUJO DE SOUZA

GERENTE DO FUNDO

017.103.583-60

GERMANO  
ARAUJO DE

SOUZA:0171035  
8360

Assinado de forma  
digital por GERMANO  
ARAUJO DE  
SOUZA:01710358360  
Dados: 2026.03.25  
15:16:14 -03'00'

SAMANTA BORGES F. SALVATORE

CONTADORA CRC/PI 6647/O

813.348.423-53

SAMANTA  
BORGES FEITOSA

SALVATORE:8133  
4842353

Assinado de forma digital  
por SAMANTA BORGES  
FEITOSA  
SALVATORE:81334842353  
Dados: 2026.03.25  
15:18:11 -03'00'

# FUNDO PREVIDENCIARIO DE BOM PRINCIPIO

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 3

### C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

GERMANO  
ARAUJO DE  
SOUZA:017103  
58360

Assinado de forma  
digital por GERMANO  
ARAUJO DE  
SOUZA:01710358360  
Dados: 2026.03.25  
15:11:49 -03'00'

GERMANO ARAUJO DE SOUZA  
GERENTE DO FUNDO  
017.103.583-60

SAMANTA  
BORGES FEITOSA  
SALVATORE:813  
34842353

Assinado de forma digital  
por SAMANTA BORGES  
FEITOSA  
SALVATORE:81334842353  
Dados: 2026.03.25  
15:12:10 -03'00'

SAMANTA BORGES F. SALVATORE  
CONTADORA CRC/PI 6647/O  
813.348.423-53

## FUNDO PREVIDENCIARIO DE BOM PRINCIPIO

21.060.936/0001-88

Exercício: 2025

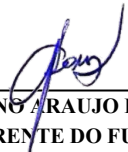
ANEXO 03 - BALANÇO  
FINANCEIRO

1 de 1

## BALANCETE FINANCEIRO DE DEZEMBRO DE 2025

## Despesa Paga

RECEITA	PERIODO	TOTAL	DESPESA	PERIODO	TOTAL
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>334.769,60</b>	<b>4.749.911,79</b>	<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>526.503,32</b>	<b>4.335.703,78</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>184.227,35</b>	<b>3.663.368,19</b>	01 LEGISLATIVA		
12 CONTRIBUIÇÕES	152.255,30	1.056.053,02	02 JUDICIÁRIA		
13 RECEITA PATRIMONIAL	31.828,67	662.293,14	03 ESSENCIAL A JUSTICA		
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	143,38	1.945.022,03	04 ADMINISTRACAO		
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAM</b>	<b>150.542,25</b>	<b>1.086.543,60</b>	08 ASSISTENCIA SOCIAL		
72 CONTRIBUIÇÕES (INTRA)	150.542,25	1.086.543,60	09 PREVIDENCIA SOCIAL	526.503,32	4.335.703,78
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>68.212,54</b>	<b>602.668,37</b>	10 SAUDE		
<b>CONSIGNACOES</b>	<b>68.212,54</b>	<b>602.668,37</b>	11 TRABALHO		
9033 EMPRESTIMO BB	29.108,64	333.553,17	12 EDUCACAO		
9034 PENSÃO ALIMENTICIA	282,40	3.388,80	13 CULTURA		
9035 IRRF	35.672,87	226.805,21	14 DIREITOS DA CIDADANIA		
9045 DESPESA A REGULARIZAR		26.845,00	15 URBANISMO		
9047 IRRF EFD REINF		57,19	17 SANEAMENTO		
9054 EMPRESTIMO BNB	3.148,63	12.019,00	18 GESTAO AMBIENTAL		
<b>TRANSFERÊNCIAS FINAN</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	20 AGRICULTURA		
			23 COMERCIO E SERVICOS		
			25 ENERGIA		
			26 TRANSPORTE		
			27 DESPORTO E LAZER		
			28 ENCARGOS ESPECIAIS		
			99 RESERVA DE CONTINGENCIA		
<b>Total -&gt;</b>	<b>402.982,14</b>	<b>5.352.580,16</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>72.378,79</b>	<b>605.844,37</b>
<b>=&gt; SALDO ANTERIOR</b>	<b>5.152.906,48</b>	<b>4.545.974,50</b>	<b>CONSIGNACOES</b>	<b>72.378,79</b>	<b>605.844,37</b>
BANCO CONTA MOVIMENTO	14.914,35	42.451,67	9033 EMPRESTIMO BB	29.108,64	333.041,42
BANCO CONTA APLICAÇÃO	5.137.992,13	4.503.522,83	9034 PENSÃO ALIMENTICIA	494,20	3.318,20
<b>Total SALDO ANTERIOR</b>	<b>5.152.906,48</b>	<b>4.545.974,50</b>	9035 IRRF	36.408,69	225.818,39
			9045 DESPESA A REGULARIZAR	70,00	31.590,17
			9047 IRRF EFD REINF		57,19
			9054 EMPRESTIMO BNB	6.297,26	12.019,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>5.555.888,62</b>	<b>9.898.554,66</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINAN</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
			<b>Total -&gt;</b>	<b>598.882,11</b>	<b>4.941.548,15</b>
			<b>SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE</b>	<b>4.957.006,51</b>	<b>4.957.006,51</b>
			BANCO CONTA MOVIMENTO	6.681,82	6.681,82
			BANCO CONTA APLICAÇÃO	4.950.324,69	4.950.324,69
			<b>Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE</b>	<b>4.957.006,51</b>	<b>4.957.006,51</b>
			<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>5.555.888,62</b>	<b>9.898.554,66</b>

  
GERMÃO ARAUJO DE SOUZA  
GERENTE DO FUNDO  
017.103.583-60

  
SAMANTA BORGES FEITOSA SALVATORE  
CONTADORA CRC/PI 6647/O  
813.348.423-53